

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ANÁPOLIS UNIEVANGÉLICA
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**A IMPORTÂNCIA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL PARA AS
PEQUENAS EMPRESAS**

THE IMPORTANCE OF BOOKKEEPING FOR SMALL BUSSINESS

Nattállya Nattânnia Silva Freitas¹

Graduanda em Ciências Contábeis pela UniEvangélica-GO

Prof. Ms. Carlos Renato Ferreira²

Prof. da disciplina de Perícia, Avaliação e Arbitragem UniEvangélica-GO

¹ Nattallya Nattânnia Silva Freitas: Graduanda em Ciências Contábeis pela UniEvangélica-GO. E-mail: nattallyansf@gmail.com

² Prof Ms. Carlos Renato Ferreira: Professor da disciplina de Perícia, Avaliação e Arbitragem pela UniEvangélica-GO. E-mail: crfac3@gmail.com

RESUMO

A necessidade de obter uma precisão sobre os fatos contábeis ocorridos nas empresas é cada vez maior. Tomando de base o âmbito das pequenas empresas (que são os negócios e enquadramentos empresariais que mais tem crescido na economia atualmente) a escrituração tem se tornado fundamental, ajudando essas pequenas empresas a se organizarem economicamente, se desenvolver, e conquistarem seu espaço no mundo econômico. A escrituração contábil é importante pois utiliza artifícios e sistemas financeiros para conseguir manter em controle registrado de toda a atividade empresarial, levando em conta suas obrigações para a União (impostos, taxas e etc), seus pagamentos (boletos, débitos, despesas), suas provisões de pagamentos futuros (fornecedores, folha de pagamento), suas compras (estoque de mercadorias), em contrariedade aos seus direitos e suas vendas (obtenção de receita, prestação de serviços) e etc. Dentre esses artifícios e técnicas utilizados na escrituração, temos a finalidade de registrar nos livros próprios da contabilidade, que são: Diário, Razão, Caixa, entre outros.

Palavras-chave: Escrituração contábil, pequenas empresas, registros contábeis, livros contábeis.

ABSTRACT

To need to obtain a precision on the accounting facts occurring in companies is increasing. Basierend on the scope of small enterprises, (which are the business and enterprise frameworks that more has grown in the economic today) the bookkeeping has become critical in helping these small business to organize economically, develop, and conquering its space in the economic world. The bookkeeping is important because it uses artifacts and financial systems to be able to maintain registered control throughout the business activity, taking in account its obligations to the State (taxes, fees), your payments (bills, debts, expenses), your purchases (stock of goods), in contrast to their rights and their sales (obtaining revenue the provision of services) and etc. Among these artifacts and techniques used in bookkeeping have the purpose of registering in their own book of accounts which are: cash book, ledger, official gazette, among others.

Keywords: Bookkeeping, small business, accounting records, accounting books.

1. INTRODUÇÃO

Todas as empresas possuem um objetivo, seja a busca incessante por resultados financeiros, resultados sociais, ou até mesmo a sua expansão. Enfim, todo empreendimento tem algo em comum e buscam atingir uma determinada meta. Assim, a contabilidade surge como o instrumento que dará suporte à administração nessa fase, através do registro dos atos e fatos administrativos, que possibilitam ao administrador controlar e planejar suas ações para traçar os objetivos da empresa.

Portanto, todo instante as empresas tomam decisões que podem ser importantes ou não. Os pequenos empresários se sentem obrigados a adotar medidas que são vitais para o sucesso do negócio. Medidas que devem ser suportadas por informações corretas que tem como a contabilidade a grande ferramenta de auxílio.

Vivencia-se uma época onde a importância da informação é indiscutível, e a escrituração quando elaborada de acordo com as normas, constitui uma imprescindível ferramenta de gestão, além de possibilitar muitas outras vantagens. Deste modo, a tomada de decisão baseada na experiência do administrador e na intuição, não são mais fatores decisivos nos dias atuais, exige-se, um elenco de informações reais e tempestivas que norteiem tais decisões.

Para as pequenas empresas os aspectos informacionais são indispensáveis devido à fragilidade financeira e operacional que envolve esse tipo de empreendimento. Portanto, compreender a importância da informação contábil é vital para a empresa, tendo em vista que uma das dificuldades encontradas nas organizações é a precariedade da utilização desta ou até mesmo a inutilidade diante do planejamento estratégico.

Este trabalho tem como tema a importância da escrituração contábil para as pequenas empresas.

O problema a ser abordado é: Qual a importância da escrituração contábil dentro das pequenas empresas?

Objetivo geral é esclarecer a importância de manter uma escrituração contábil regular nas suas empresas.

Os objetivos específicos são apresentar o real objetivo da contabilidade como principal instrumento de tomada de decisão empresarial; evidenciar o quão importante é a Escrituração Contábil e o porque se necessita muito mais do que a

intenção para a tomada de decisões; e discorrer sobre as demonstrações obrigatórias.

Este trabalho justifica-se a importância da Escrituração Contábil nas pequenas empresas e suas vantagens, como também entender o porquê a contabilidade é uma ferramenta imprescindível para a gestão de qualquer entidade, sendo assim fundamental para qualquer decisão a ser tomada.

Os empresários enxergam a escrita contábil e seu produto final as demonstrações, como apenas uma obrigação sem foco no auxílio à tomada de decisões.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Conceitos e objetivos da Contabilidade

Segundo Ribeiro (2013) a contabilidade é a ciência que possibilita o controle e gestão do patrimônio da entidade, podendo fornecer a empresa um sistema de informação e avaliação com destino a seus usuários. Ela estuda o patrimônio, e contém uma necessidade de ressaltar dois aspectos, qualitativos e quantitativos, que são adequados para representar os elementos que compõem este patrimônio.

Seu objetivo é estudar e controlar o patrimônio e suas variações com o intuito de fornecer informação que possa auxiliar na tomada de decisões. As informações que são geradas pela Contabilidade são úteis e do interesse de grandes usuários, que podem ser internos ou externos. Informações que Ribeiro cita destacam-se as que contêm natureza que seja econômica que compreendem as receitas e despesas, que traz lucros ou prejuízos e a de natureza financeira que abrangem os fluxos de caixa e do capital de giro. Informações essas que são utilizadas por administradores, proprietários ou até mesmo investidores. A contabilidade utiliza técnicas para chegar ao final dessas informações e avaliações, uma das técnicas é a Escrituração.

De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade (1995), “as informações geradas pela contabilidade devem propiciar a seus usuários base segura a suas decisões, pela compreensão do estado em que se encontra a Entidade, seu desempenho, sua evolução, riscos e oportunidades que oferece”.

2.2. História da Escrituração Contábil

José Luiz dos Santos et al. (2014) aborda que no século XV, o frade franciscano italiano Luca Pacioli foi o idealizador dos primeiros métodos de escrituração, conhecido como Método das Partidas Dobradas. Conforme Osni Moura Ribeiro (2013, p. 85) seu método expressava “não há devedor sem que haja credor e não há credor sem que haja devedor, sendo que a cada débito corresponde um crédito de igual valor”.

Nota-se que a contabilidade moderna é caracterizada a partir do momento que introduziu esse método. Nesse sentido, é o procedimento mais importante para o registro contábil, além da mensuração em valor, conforme citado, o Método das Partidas Dobradas. Neste método, todo lançamento deverá conter a origem e o destino, isto é, para todo débito haverá um crédito de mesmo valor, ou vice-versa (PADOVEZE; MARTINS, 2014).

Iudícibus (2015) afirma que a escrituração contábil foi à primeira técnica contábil utilizada pelos profissionais. Dessa forma, é evidenciada pelo lançamento dos fatos contábeis em livros destinados ao registro de tais operações. A partir dela, foram desenvolvidas outras, tais como, demonstração, análise e auditoria. Logo, sua finalidade é a de fornecer a pessoas interessadas informações úteis sobre determinado período do patrimônio.

A maioria dos países insere dentro de diversas legislações (comerciais, civis, tributárias) a obrigatoriedade da escrituração contábil e da disponibilização dos arquivos e relatórios contábeis para determinados usuários e determinados objetivos (SANTOS ET AL., 2014).

No Brasil, a história recente da contabilidade ocorreu por volta de 1970, em virtude da legislação específica voltada para a reforma bancária e para o fortalecimento do mercado de capitais. Constata-se que a contabilidade brasileira sempre foi vinculada a legislação tributária, societária, organismos governamentais (Comissão de Valores Mobiliários – CVM; Banco Central do Brasil – BC; Superintendência de Seguros Privados – SUSEP) e agências reguladoras (Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL; Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, entre outros) (PADOVEZE; MARTINS, 2014).

Nesse cenário, observa-se que a atuação de órgãos reguladores representativos vigentes à época era precária. Ressalta-se que a partir da metade do século XX iniciavam-se as edições de normas e padrões pertinentes à contabilidade (HIGA; ALTOÉ, 2015). Assim, conforme Santos et al. (2014) em 1972 o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) divulgou acerca dos princípios contábeis por meio da resolução nº 321/72.

2.3. Conceito de Escrituração Contábil

Segundo Ribeiro (2013) a escrituração é uma técnica contábil que se fundamenta em registrar nos livros próprios. Verifica-se que os livros são específicos, ou seja, são evidenciados como Diário, Razão, Caixa, entre outros. Sendo assim, a escrituração registra todos os acontecimentos na empresa que, por sua vez, modificam ou possam modificar a situação patrimonial.

Sérgio de Iudícibus (2015) expressa que alguns livros são de caráter obrigatório, como o Livro Diário e o Livro Razão, que de acordo com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade devem ser registrados permanente na empresa. Além desses, existem outros que são facultativos, pois, por não serem exigidos em lei, podem ser adotados ou não, ficando a critério da empresa.

De acordo com o art. 1.179 da lei nº 10.406/2002:

O empresário e a sociedade empresária são obrigados a seguir um sistema de contabilidade, mecanizado ou não, com base na escrituração uniforme de seus livros, em correspondência com a documentação respectiva, e a levantar anualmente o balanço patrimonial e o de resultado econômico.

Elucida-se que a Teoria da Escrituração é a parte da Teoria da Contabilidade que particulariza os registros dos fatos contábeis decorridos no patrimônio da entidade, tendo em vista as disposições estabelecidas pelos princípios e normas contábeis (SANTOS ET AL., 2014).

Conforme Neusa Higa; Stella Maris Lima Altoé (2015) a escrituração contábil é fiscalizada por uma legislação vigente e específica, que necessariamente, objetiva-se em demonstrar de forma transparente e fidedigna a informação contábil. Além disso, salienta-se que a escrita de livros comerciais também é denominada de escrituração contábil.

Constata-se que a escrituração contábil apresenta dois elementos importantes, sendo eles, o elemento histórico e elemento monetário. O primeiro trata dos relatos da história do patrimônio ao longo do tempo; já o segundo, refere-se ao registro dos valores reunidos a fim de evidenciar as variações sucedidas no patrimônio líquido (NIYAMA; SILVA, 2013).

Assim, segundo Ribeiro (2013, p. 78) “é por meio dos Atos e dos Fatos Administrativos que ocorre a gestão do Patrimônio das empresas, e esses acontecimentos são registrados por meio da Escrituração”. Nota-se que no processo contábil existem alguns regimes de escrituração, tais como, de caixa, competência e misto. Nesse contexto, percebe-se que atualmente os registros na escrituração são realizados em meios eletrônicos a fim de assegurar sua eficácia e organização. No entanto, não descarta a obrigatoriedade de manter impressa toda a escrituração (HIGA; ALTOÉ, 2015).

2.4. Importância da Escrituração Contábil

Ressalta-se que as empresas devem informar ao Fisco as informações contábeis e tributárias de apuração do imposto de renda e contribuição social, bem como outras informações econômicas e financeiras da empresa. Contudo, muitas entidades sentem dificuldade de cumprir os requisitos e prazos de entrega, ocasionando a falta de informações, tornando-se incompletas (IUDÍCIBUS, 2015).

José Luiz dos Santos et al. (2014) expõe que a falta de informação histórica da empresa é evidenciada com relação aos saldos iniciais de diferentes temporárias, prejuízos fiscais e base negativa. A apresentação com incorreções ou omissões poderá arrecadar em multas sobre o valor omitido ou incorreto. Verifica-se que a multa é mais representativa comparada à antiga Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ).

Ribeiro (2013) aponta a importância do profissional contábil no processo de escrituração da empresa, que por vez, pode revisar os documentos prestados pela empresa, avaliar sua consistência e o cruzamento das informações existentes. Se houver erros, o contabilista deverá ressaltar e datar o respectivo erro.

2.5. Vantagens da Escrituração Contábil

Segundo os autores:

O Sistema Público de Escrituração digital – Sped, criado em janeiro de 2007, tem o objetivo de tornar virtual toda a escrituração fiscal e contábil das empresas – feita em papel – e de integrar as três esferas fiscais de administração pública, além de racionalizar e uniformizar as obrigações acessórias dos contribuintes. Além da Nota Fiscal Eletrônica, o sistema é formado pelo Sped contábil e pelo Sped Fiscal (CARDOSO ET AL., 2013, p.25).

SPED projetou a Escrituração Fiscal Digital - EFD onde se resulta em um arquivo digital onde constitui-se um conjunto de escriturações de documentos fiscais e de outras informações de interesse dos fiscos das unidades federais e Secretaria da Receita Federal do Brasil, bem como de registros de apuração de impostos referentes às operações e prestações que são praticadas com o contribuinte.

Além de tornar a escrituração virtual, destacam-se outras vantagens, sendo, maior controle financeiro e econômico à entidade; comprova em juízo provas que dependam de perícia contábil; evita fraudes que levam a própria falência; facilita acesso às linhas de crédito; demonstra a verdadeira situação patrimonial; entre outras.

Nessa perspectiva, salienta-se que caso a empresa enfrente problemas financeiros, a mesma poderá requerer benefícios de recuperação administrativa e judicial com propósito de permanecer no mercado competitivo e desenvolver seu negócio (HIGA; ALTOÉ, 2015).

2.6. Conceito de Pequenas Empresas

A empresa é, portanto, um organismo econômico, ou seja, se assenta sobre uma organização fundada em princípios técnicos e leis econômicas. É uma combinação de elementos pessoais e reais que são colocados em função de um resultado econômico realizado sob o intento especulativo de um empresário.

No Brasil a conceituação de empresa enfrenta algumas divergências, assim como no direito estrangeiro. O Regulamento nº 737/1850 ao enumerar os atos de comércio enumerou a empresa e, com isto, baseou-se em sua conceituação.

A empresa está dentre os atos da atividade de mercancia. O doutrinador Inglês de Souza a conceitua nos seguintes termos: "Por empresa devemos entender

uma repetição de atos, uma organização de serviços, em que se explore o trabalho alheio, material ou intelectual. A intromissão se dá, aqui, entre o produtor do trabalho e o consumidor do resultado desse trabalho, com o intuito de lucro".

O termo empresa expressa negócio, sociedade comercial ou estabelecimento que vende, compra produtos ou oferece algum tipo de serviço (HOLANDA, 2010). Segundo Padoveze; Martins (2014, p. 18) apud Houaiss (2009) "tarefa para realização de um objetivo; empreendimento; organização econômica, civil ou comercial, constituída para explorar determinado ramo de comércio [...]".

Nesse contexto, o prefixo micro e o adjetivo pequena simbolizam tamanho em relação ao número de empregados e seu faturamento. Nota-se que não há uniformidade nas referências para essa classificação, restringindo-se, portanto, ao Brasil (PADOVEZE; MARTINS, 2014).

A figura abaixo classifica as empresas (indústria, comércio e serviços) quanto ao número de funcionários:

Figura 1- Classificação de empresas por número de empregados

Indústria	Comércio e serviços
Micro: com até 19 empregados	Micro: até 9 empregados
Pequena: de 20 a 99 empregados	Pequena: de 10 a 49 empregados
Média: 100 a 499 empregados	Média: de 50 a 99 empregados
Grande: mais de 500 empregados	Grande: mais de 100 empregados

Fonte: Adaptado de Sebrae-SC, 2013.

2.7. Utilização da Escrituração nas Pequenas Empresas

De acordo com o artigo 1.179 do Código Civil da Lei Complementar nº 10.406 (Brasil, 2002) todas as empresas tem a obrigatoriedade de seguir um sistema de contabilidade, sendo mecanizado ou não, tendo base a escrituração de seus livros. Sendo dispensado somente o pequeno empresário. Está escrituração é de total responsabilidade de um Contador habilitado legalmente, e apenas será salvo se não houver nenhum na localidade como diz o art. 1.182.

A escrituração deve ser adotada por todas as entidades, independente da natureza e do porte, na elaboração da escrituração contábil, observadas as exigências da legislação e de outras normas aplicáveis, se houver.

Neusa Higa; Stella Maris Lima Altoé (2015) apontam que a escrituração nas pequenas empresas deve ser realizada em observância aos Princípios de Contabilidade apresentados na Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) 750/1993. No que diz respeito à receita bruta, os limites estão previstos nos incisos I e II do art. 3º da Lei Complementar nº123/06.

O plano de contas é de suma importância para os registros contábeis nas pequenas empresas. Conforme Osni Moura Ribeiro (2013, p. 57) “o plano de contas é um conjunto de contas, diretrizes e normas que disciplina as tarefas do Setor de Contabilidade, objetivando a uniformização dos registros contábeis”.

2.8. Demonstrações Contábeis

Segundo Osni Moura Ribeiro (2013):

[...] demonstrações contábeis são relatórios elaborados por meio da escrituração que é mantida pela empresa, essas demonstrações contábeis são denominadas demonstrações financeiras pela Lei nº 6.404/1976. É uma representação estruturada da posição financeira e patrimonial, e também do desempenho da determinada empresa de acordo com o item 9 da NBC TG 26, aprovada pela Resolução nº 1.185/2009.

Essas demonstrações tem como objetivo também, proporcionar informações que sejam relevantes, úteis e importantes para os usuários em suas avaliações e tomadas de decisões econômicas. Demonstrações essas, deverão seguir de forma clara a situação do patrimônio da empresa e mutações ocorridas no exercício:

Balanço Patrimonial (BP) é a demonstração contábil destinada a evidenciar, qualitativa e quantitativamente, numa determinada data, a posição patrimonial e financeira da Entidade. É constituído pelo ativo, passivo e patrimônio líquido.

Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) tem como objetivo principal apresentar de forma vertical resumida o resultado apurado em relação ao conjunto de operações realizadas em um determinado período.

Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA) evidencia-se as alterações que são ocorridas no saldo da conta de lucros ou prejuízos acumulados, no Patrimônio Líquido.

Demonstrações do Fluxo de Caixa (DFC) indica quais foram as saídas e

entradas de dinheiro no caixa durante o período e o resultado desse fluxo. Esta demonstração pode ser incorporada às demonstrações contábeis tradicionalmente publicadas pelas empresas. Basicamente, o relatório de fluxo de caixa deve ser segmentado em três grandes áreas: atividades Operacionais; atividades de Investimento; e atividades de Financiamento.

Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é o informe contábil que evidencia, de forma sintética, os valores correspondentes à formação da riqueza gerada pela empresa em determinado período e sua distribuição, suas informações devem ser extraídas da escrituração. A riqueza que for gerada pela empresa, é calculada a partir da diferença entre o valor de sua produção e o dos bens e serviços produzidos por terceiros utilizados no processo de produção da empresa.

As Notas Explicativas vem para fornecer informações necessárias para o esclarecimento da situação patrimonial, como de determinada conta, ou de valores relativos aos resultados do exercício, saldo ou transação, ou para menção de fatos que podem alterar futuramente tal situação patrimonial.

Demonstrações financeiras que são obrigatórias nas pequenas empresas são: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercícios e as Notas Explicativas.

3. METODOLOGIA

A metodologia adotada para a elaboração deste artigo foi a pesquisa bibliográfica e descritiva. Através da Análise dos materiais já escritos em livros, faremos um estudo sobre: A Importância da Escrituração Contábil para as pequenas empresas.

3.1. Pesquisa Descritiva

A pesquisa descritiva refere-se quanto aos objetivos. Ressalta-se que toda pesquisa visa atingir determinado objetivo. Segundo Casarin (2012, p. 40) “entende-se por objetivo a busca de solução para um problema, a explicação para um determinado fenômeno ou, simplesmente, novos conhecimentos [...]”.

De acordo com o autor a pesquisa descritiva:

Visa descrever as características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática. Assume, em geral, a forma de levantamento (PEREIRA, 2016, p. 90).

Eva Maria Lakatos; Marina de Andrade Marconi (2010) elucidam que fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem interferência do pesquisador. Além disso, utilizam-se técnicas padronizadas de coletas de dados, que podem ser identificadas como o questionário e observação sistemática.

3.2. Pesquisa Bibliográfica

A pesquisa bibliográfica se relaciona quanto aos métodos, assim, são agrupadas em concordância com seu delineamento. Nota-se que sua importância é evidenciada por ser base de qualquer estudo, pois, por meio dela far-se-á o prefácio da pesquisa (PEREIRA, 2016).

Segundo os autores:

A pesquisa bibliográfica é meio de formação por excelência e constitui o procedimento básico para os estudos monográficos, pelos quais se busca o domínio do estado da arte sobre determinado tema. Como trabalho científico original, constitui a pesquisa propriamente dita na área das ciências humanas. Como resumo de assunto, constitui geralmente o primeiro passo de qualquer pesquisa científica. Os alunos de todos os níveis acadêmicos devem, portanto, ser iniciados nos métodos e nas técnicas da pesquisa bibliográfica (CERVO; BERVIAN, SILVA, 2007, p. 61).

Para Antônio Carlos Gil (2009) é bibliográfica quando elaborada a partir de material já publicado, isto é, constituído principalmente de livros, artigos, teses, dissertações, periódico e atualmente disponibilizado na Internet.

4. CONCLUSÃO

No presente artigo busca-se objetivar a importância de manter uma escrituração contábil regular nas empresas, pois a mesma possibilita maior controle financeiro e econômico a entidade, proporcionando informações que sejam relevantes, úteis e importantes para os usuários e suas avaliações e tomada de decisões, evidenciando a escrituração contábil como o fator primordial para o bom funcionamento e crescimento empresarial.

O real objetivo da contabilidade é controlar e estudar o patrimônio da empresa, com isso suas variações, gerando informações que possam ser instrumentos para a tomada de decisões, informações essas que se tornou um instrumento importante a gestores e administradores para rever suas atividades, além de gerar informações, permitem explicar os fenômenos patrimoniais, construir modelos de prosperidade, efetuar análises e controlar o patrimônio.

Conforme o passar dos anos foram se criando métodos mais eficazes dentre eles o método de partidas dobradas, que ajudam as empresas a obter informações mais claras para o bom controle interno das organizações. A contabilidade evoluiu e com elas seus métodos também foram se aperfeiçoando para atender bem todos seus usuários, não apenas a escrituração, mas também as demonstrações que representam bem a posição financeira e patrimonial das empresas.

A escrituração contábil se torna uma ferramenta fundamental para as empresas terem seu controle financeiro em dias. As empresas utilizam a escrituração contábil para controlar seu patrimônio, ter reflexos sobre controles financeiros, evitar fraudes que levam a própria falência, facilitar acesso às linhas de crédito, demonstra a verdadeira situação patrimonial, facilidade de entendimento financeiro e etc.

São utilizados diversos métodos de entendimento da escrituração contábil. Para que ela seja realizada corretamente é necessário que a informação contábil seja clara e sua escrituração esteja verdadeira e confiável para que se retrate a verdadeira situação da empresa.

Nas pequenas empresas por terem uma situação financeira e operacional mais frágil os aspectos informativos que a escrituração contábil trás são indispensáveis, portanto deve-se compreender a real importância de uma informação confiável e que vá ajudá-los em suas decisões, estas que tornou-se um instrumento importante que dispõe o administrador a rever suas atividades, pois são úteis em todas as áreas de controle gerencial como, ao planejamento, ação, controle e avaliação, traçando metas e políticas que possibilitem o alcance de seus objetivos.

Em virtude dos fatos já mencionados as pequenas empresas necessitam da escrituração contábil, junto com a contabilidade completa, não somente para atender ao fisco, e sim o quanto ela pode acrescentar na tomada de decisão, quanto melhor

e mais completo for o conjunto de informações utilizadas, melhor e mais correta será a decisão, com isso pode-se diferenciar o empresário de sucesso.

A falta de preocupação com a escrituração contábil por parte do empresário das pequenas empresas acarreta uma série de desvantagens que certamente põem em risco a rentabilidade e sobrevivência do negócio.

As demonstrações contábeis da mesma forma que a escrituração tem o objetivo de proporcionar informações relevantes e importantes para seus usuários, na qual demonstra-se a situação do patrimônio e mutações que ocorreram durante o período.

Concluí-se que à Escrituração Contábil é de grande importância para as pequenas empresas, por auxiliarem em suas tomadas de decisões, garantindo então decisões corretas, informarem a real situação da empresa, controlar seu patrimônio, avaliar suas decisões, trazendo prosperidade e sucesso para a empresa. Pode-se afirmar que quanto mais completo e transparente forem os registros da Contabilidade, mais eficientes serão os diagnósticos e suas conclusões.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002.** Institui o Código Civil. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.html > Acesso em 18 de maio de 2017.

CARDOSO, Ricardo Lopes et al. **Contabilidade geral:** introdução à contabilidade societária. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

HIGA, Neusa; ALTOÉ, Stella Maris Lima. **Contabilidade em processo:** da escrituração à controladoria. Curitiba: Intersaberes, 2015.

HOLANDA, Aurélio Buarque. **Míni dicionário Aurélio da língua portuguesa.** 8 ed. São Paulo: Positivo, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade.** 11 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

NIYAMA, Jorge Katsumi; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Teoria da contabilidade.** 3 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

PADOVEZE, Clóvis Luís; MARTINS, Miltes Angelita Machuca. **Contabilidade e gestão para micro e pequenas empresas.** Curitiba: Intersaberes, 2014.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade básica fácil.** 29 ed. São Paulo: Saraiva, 2013

SANTOS, José Luiz dos et al. **Contabilidade geral**: atualizada pela lei ° 11.941/09 e pelas normas do CPC até o documento de revisão de pronunciamentos técnicos nº 03/2013. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2014.